

*Pedro Aires Oliveira, Atribuições de Um Fascista Anglófilo, «Armindo Monteiro: Uma Biografia Política», Lisboa, Bertrand Editora, 2000, 340 páginas.*

No Palácio das Necessidades Armindo Monteiro foi esquecido como ministro e deixou uma lembrança ambígua como embaixador. Por um lado, ao contrário do comum dos diplomatas, de carreira ou não, tinha um espírito vivíssimo, experiência de poder, desembaraço, capacidade de trabalho monumental. Por outro lado, arrogante de mais para aceitar de bom grado a autoridade de Salazar, mas sem coragem bastante para lha contestar na arena política, quando, durante a guerra, em Londres, a alta sociedade inglesa e os bombardeamentos alemães lhe subiram à cabeça, achou a prudência do homem de Santa Comba provinciana e tacaña e namorou a desobediência, se não a traição, ao chefe, em nome do que entendia ser o interesse da pátria. Faltaram-lhe convicção e ousadia para as consumir: limitou-se, como o de Santa Comba cruelmente anotou à margem da carta pessoal em que Monteiro, pela última vez, pôs em risco o seu lugar de representante de Portugal em Londres, a «escrever para a história». A resposta de Salazar leva-o à demissão e assim acaba a sua carreira política. Sobreviveu-lhe doze anos, ensinando, administrando empresas e vivendo com gosto — a Quinta do Bom Sucesso era uma das casas mais simpáticas

que conheci em Portugal — até um enfarte do miocárdio o levar em 1955. Nascera em 1896. Segundo esta biografia, poderia ter sido ele o ministro das Finanças da ditadura, e quem sabe o que teria vindo a seguir — mas não o foi, e, alapado à rocha do poder, Salazar só despegou quando caiu da cadeira.

Há muitos anos perguntei a Sophia de Mello Breyner por que é que ela achava que o Luís Monteiro mentia tanto. «Talvez por ter ouvido mentir tanto em pequeno...», veio a resposta. O autor de *Felizmente Há Luar* era mitómano, todos os seus amigos o sabiam, outra gente descobria-o à sua própria custa. A farpa da Sophia confortou na altura o meu ânimo reviralista; lembrei-me dela agora ao ler este livro sobre o pai do Luís.

Antes de Londres, Armindo Monteiro fora ministro dos Negócios Estrangeiros e, antes ainda, ministro das Colónias. Eram os anos do triunfo do fascismo na Europa, primeiro em paz, depois em guerra. Só em 1942 a maré começou a mudar e uma vitória aliada a parecer possível. Num almoço em Londres em Janeiro de 1943 Anthony Eden ouviu alguém afirmar que sempre acreditara nessa vitória e sorri, comentando a Armindo Monteiro que o que o fazia sorrir era «o cálculo da muita gente que hoje teve confiança em nós em 1940». Ao espírito fascista do tempo juntavam-se as circunstâncias do Portugal que o Estado Novo apanhara, exausto dos desmandos e inépcias da I República. A passagem de Armindo Monteiro pelas Finanças, como subsecretário de

Salazar, permite a Aires Oliveira tocar um pouco na tarefa de saneamento e recuperação financeiros do país executada no começo do regime. Embora não seja esse um tema central do livro, pois o biografado vai dedicar-se ao ultramar e às relações externas, a sua breve abordagem chega para ilustrar uma verdade que a oposição ao Estado Novo raramente entendeu: Salazar não foi só causa dos nossos males; foi sobretudo sua consequência. Era, assim, natural que os homens mais chegados a ele nesse tempo estivessem respeitavelmente convictos de uma missão histórica de reabilitação nacional. Muitas das coisas em que acreditavam, porém, e a maneira de as procurarem impor estavam longe de ser respeitáveis e eram, nalguns casos, monstruosamente falsas. Por querer ser um ministro das Colónias inovador e por gostar de escrever, Armindo Monteiro deixou-nos páginas de doutrina e método pensadas pela sua cabeça e redigidas pelo seu punho sobre África e os Africanos. Nestes tempos de correcção política algumas passagens poderiam tê-lo levado ao governo na Áustria ou à cadeia em partes menos amnésicas do velho continente. Quanto à inovação, Aires Oliveira descreve bem a tarefa de centralização em Lisboa da administração política, económica e financeira do império, prevenindo e combatendo quaisquer veleidades autonómicas que os colonos pudessem albergar. Uma linha que se manteve por muitos anos e foi pesada em consequências.

Na metrópole, a visão política do regime queria também um Estado forte e uma população submissa. A democracia era a mãe de todos os vícios. Os modelos de organização política e social a seguir ou a adaptar eram fascistas, em vigor na Itália e na Alemanha, e aproveitados por direitas europeias várias, a leste e a oeste. Fruto da época, dir-se-á, mas não é desculpa que valha. Havia, pelo menos, mais duas visões coevas por onde escolher, a comunista e a liberal, e, embora os totalitarismos de esquerda e de direita tivessem obtido grandes vitórias, a democracia parlamentar vingou nalguns lugares e mesmo em Portugal tinha os seus partidários, perseguidos quando procuravam promovê-la. Foi o Estado Novo quem triunfou aqui, porém, com o cortejo de mentiras que o Luís ouviu em pequeno.

Ministro dos Negócios Estrangeiros, Armindo Monteiro entra em rota de colisão com Salazar, de entrada sobretudo por razões de temperamento e pendor pessoal. Eram personalidades muito diferentes: Armindo Monteiro vai às colónias quando ministro das Colónias, vai ao estrangeiro quando ministro dos Negócios Estrangeiros; Salazar governa Portugal sem sair de São Bento. Armindo Monteiro é mundano; Salazar, misantropo. Armindo Monteiro é lido, culto e curioso do que se passa; Salazar — a julgar pela biografia de Franco Nogueira — recebe uma formação limitada e é estreito de vistas e de interesses. Mas, à partida, não há entre os dois divergências ideológicas ou tácticas. A pouco e pouco estas começam a aparecer e agudizam-se

quanto à maneira de lidar com a Espanha, em guerra civil, sem alienar os Ingleses. Por fim, mandar Monteiro para Londres é uma maneira elegante e útil de o afastar do poder. As tensões entre os dois homens mantêm-se em banho-maria até ao estalar da guerra. Anglófilo, o nosso embaixador na corte de São Tiago troca a neutralidade assumida do regime por um entusiasmo pró-aliado a que procura, sem sucesso, converter Salazar. O resto foi o que se viu.

Aires Oliveira dedica algumas páginas à contradição aparente entre a anglofilia de Armindo Monteiro e a sua filosofia política de base. Fá-lo com inteligência e bom senso, mostrando que as duas coisas são compatíveis. Aceito a demonstração, mas julgo que nesses casos há um mal-entendido profundo de parte a parte que quase nunca, de resto, prejudica o convívio. Lembro-me de F. W. de Klerk não entender por que é que Margaret Thatcher condenava o IRA e tolerava o ANC, que punham ambos bombas, até ela lho ter explicado: «Porque os do ANC não podem votar.» Na Londres da segunda guerra mundial os problemas eram outros e o governo de Churchill acolhia com agrado um embaixador português que, mesmo sem impolutas credenciais democráticas, os estimava muito mais do que o governo de Lisboa.

O livro chama-se *Uma Biografia Política* e aquilo de que trata trata bem, com investigação de fontes originais, análise lúcida e narrativa fluida. Os anexos são fascinantes: Armindo Monteiro tinha talento literário e dei-

xou-nos excelentes apontamentos de pessoas: o rei Eduardo VII, Churchill, Laval, entre outros. Alguns pequenos reparos: a mulher do inglês Hornung da Sena Sugar não se chamava Laura Paiva de Raposo, mas sim Laura de Paiva Raposo, família lisboeta ilustre cuja notoriedade começa com a amizade do rei D. Miguel; o oposicionista Moreira de Campos era comandante, e não capitão — marinheiro de gema, teria detestado passar por oficial do exército; é pena que a carta de Londres de Armindo Monteiro e as anotações à margem de Salazar, embora já publicadas, não tenham sido impressas aqui. A falta de um índice remissivo não se justifica. E é pena, por fim, que a parte «não política» do homem de tão pouca menção seja objecto. Já não o conheci, mas tudo indica que haja sido mais interessante e simpático do que o político propriamente dito.

JOSÉ CUTILEIRO

*José Pacheco Pereira, Álvaro Cunhal: Uma Biografia Política; «Daniel», o Jovem Revolucionário*, vol. I, Lisboa, Temas & Debates, 1999, 477 páginas.

Tendo em conta a recusa de Álvaro Cunhal a escrever as suas me-